

I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS À VISTA DO DEBATE ÉTNICO-RACIAL

Trabalho, Formação profissional e luta antirracista

Bruno da Conceição Jacinto, (UFES)¹

Bruno.jacinto@edu.ufes.br

Tamires da Silva Pinto, (UFES)²

Tamires.pinto@edu.ufes.br

RESUMO

Neste artigo, buscamos analisar a relação de indissociabilidade entre o debate étnico-racial e o trabalho de assistentes sociais atuantes na área da política de educação, assim como, quais são os impactos dessa discussão (ou ausência dela) na realidade social desses usuários e o compromisso de enfrentar essas questões, conforme orienta o código de ética profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Étnico-racial; Serviço Social; Assistente social.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

A questão étnico-racial trata-se de um debate fundamental e estruturante para a formação, e nesse sentido, tendo em vista que a inserção dos assistentes sociais na educação é recente e permanece em construção, é importante considerar que a direção social da profissão não é e que possui bases sólidas para direcionar a atuação profissional.

A partir disso, esse artigo tem como objetivo analisar como o debate étnico-racial pode e deve ser incorporado no ambiente institucional de assistentes sociais da política de educação, assim como, discutir quais são os impactos da ausência desse debate para a vida daqueles que são atravessados por ele, entendendo que,

ainda temos uma tímida produção e ações políticas – embora estejam numa crescente – no campo da luta antirracista no Serviço Social, que reverbera na formação profissional limitando o aprofundamento de uma análise da totalidade da realidade brasileira, ou seja, em que medida o racismo impacta o processo de formação e trabalho profissional (ABEPSS, 2018, p. 423)



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

Além disso, buscamos contribuir para o adensamento do debate étnico-racial na formação profissional, tendo em vista a necessidade de superar a lacuna existente em torno da discussão.

Ademais, visto que, a dimensão investigativa compõe a formação e a atuação do profissional de Serviço Social (Guerra, 2009), é importante se apropriar do conhecimento existente sobre a temática em questão porque isso possibilita uma compreensão mais completa do problema.

Dessa forma, para analisar o tema proposto, faremos uma pesquisa bibliográfica a partir do formato de análise de conteúdo, utilizando obras bibliográficas relacionadas ao tema de pesquisa, ou seja, uma análise temática, onde o conceito central é o tema da pesquisa (Minayo, 2009).

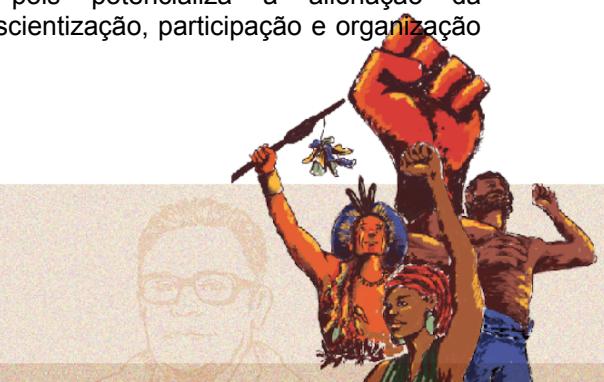
RESULTADOS

A autora Elisabete Aparecida Pinto, assistente social e referência no debate étnico-racial na profissão, em um estudo realizado na década de 80 a respeito da formação profissional e as questões étnico-raciais, diz que:

Os profissionais de serviço social, influenciados pelas ideologias europeias e norte-americanas e pela doutrina social da Igreja, não viam o negro de forma diferente, senão como um ser inferior. Assim a Igreja e o Serviço Social permaneceram até 1960, sem um compromisso explícito com a classe oprimida (Pinto, 2003, p.52).

Partindo dessa ideia, é na década de 60 que a categoria passou por um grande período de mudanças em seu interior. A partir da renovação do Serviço Social, a profissão passou a rever suas bases e iniciou o processo de reconceituação, vivendo um complexo processo de ruptura com o lastro conservador de sua origem, realizando algumas mudanças que trouxeram nos anos 80 o aprofundamento da perspectiva crítica de Marx. Além da ausência teórica sobre o debate, a dimensão da prática profissional também havia lacunas,

Durante minha prática de estágio, entre 1982 e 1985, percebi, como já mencionei, que a maioria dos usuários que acorriam às instituições assistenciais era negros e favelados. Observei também que o assistente social trabalhava com a população negra sem, contudo, ter conhecimento de sua história, de sua cultura e dos seus problemas, desencadeados pelo racismo camuflado, consequente da falsa democracia racial. Ideologia essa que a classe dominante faz questão de manter, pois potencializa a alienação da população negra, bloqueando a sua conscientização, participação e organização (Pinto, 2003, p. 57).



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

Nesse movimento de revisão das bases teóricas-metodológicas do Serviço Social, ocorre também o processo de criação de um novo projeto profissional, principalmente, demonstrado pelo Código de Ética de 1993, que ao eleger valores que legitimam a profissão, propõe uma direção social as funções, objetivos para o exercício da profissão, prescreve normas para o comportamento dos profissionais e estabelece um código de ética para guiar as relações com o usuário e outros profissionais, a partir de princípios e valores que são antagônicos a dinâmica do capital.

É importante salientar também que, para além das mudanças e movimentos que aconteceram na categoria, as assistentes sociais engajadas na luta antirracista desde os anos 80 já estavam discutindo a pauta racial tanto dentro quanto fora da profissão, assim como, foram pioneiras para a abertura do debate na categoria (Almeida, 2013).

Além do código de ética e a revisão das bases teórico-metodológicas da profissão, as novas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 trouxeram para a grade dos currículos a possibilidade de inclusão do debate sobre a questão étnico-racial.

À vista disso, o Serviço Social é uma profissão que atende em seus espaços sócio-ocupacionais uma população majoritariamente preta e há portanto a necessidade e a urgência do debate étnico-racial fazer parte do trabalho dos(as) assistentes sociais brasileiros(as), para que sejam construídas resistências diante das estruturas de poder existentes nas instituições, assim como, competências profissionais efetivamente antirracistas.

Nesse sentido, em 2019, tendo por base a Lei nº 13.935/2019, um novo espaço sócio-ocupacional se abre para atuação do Serviço Social: a área da educação. Apesar do espaço de atuação ser novo, a direção social da atuação não é.

A sua aprovação, ao mesmo tempo em que regulamenta um trabalho que já vinha sendo realizado por profissionais de Serviço Social em diversas instituições da área educacional, possibilitará ampliar o alcance desses serviços e impactar, de algum modo, a qualidade do ensino por meio de uma interação mais sistemática entre escola e comunidade pautando os fatores necessários para assegurar não apenas o ingresso, mas a permanência de estudantes nas instituições educacionais (Santos, et al., 2014, p. 10).

De acordo com o levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022, a maior % de pessoas que não sabem ler ou escrever são de pessoas pretas e



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

pardas, assim como, é esse mesmo grupo que com 25 anos ou mais estudam, em média, 1,7 anos a menos do que pessoas brancas. Quando se fala sobre a população que menos finaliza o ensino médio e que mantém persistentes índices de evasão escolar, de novo é esse grupo que compõe os indicadores.

À vista disso, o exercício profissional do assistente social nessa nova área de atuação precisa considerar que historicamente essa população tem tido seu direito à educação negado, assim como, considerar que as precárias condições de muitas escolas e universidades afetam diretamente a vida desses sujeitos que a acessam.

Além disso, mesmo após 21 anos da promulgação da Lei 10.639/03 que diz respeito a inserção do estudo da História da África e Cultura Afro-brasileiras em todo o currículo escolar, os alunos continuam a enfrentar nos ambientes escolares práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas, visto que, na maioria das vezes essas questões não são discutidas e problematizadas pelo conjunto escolar.

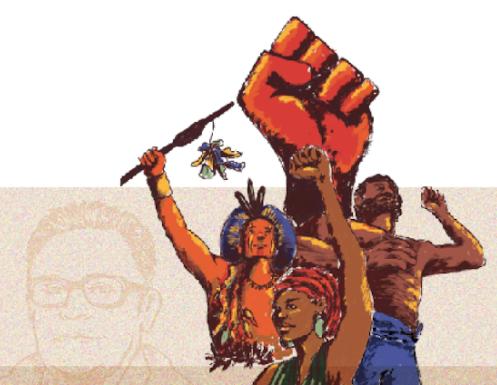
Diante disso,

nesta conjuntura de crescimento do pensamento com traços do fascismo e ampliação das formas de racismo que têm levado ao extermínio da população negra no Brasil, vale reafirmar a **importância de uma educação que respeite o livre pensamento, autônomo e democrático**, opondo-se a toda forma de cerceamento do conhecimento, como propõe o projeto Escola sem Partido. (ABEPSS, 2018, p. 21, grifos nossos).

Sendo assim, como argumenta Iamamoto (2007), o Serviço Social no cenário da sociedade contemporânea possui limites - estruturais e institucionais - e possibilidades na realização do seu projeto profissional, tendo em vista o contexto das relações sociais do modo de produção capitalista, a visão de educação como mercadoria, como campo de disputas e de controle da vida social.

Por fim, a categoria tem produzido muitos documentos e subsídios importantes para a atuação profissional, o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO e a categoria como um todo tem contribuído de forma significativa para avançar no debate da questão étnico-racial, assim como, mesmo que inicialmente, sobre a inserção nesse novo campo de atuação que é a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

Buscamos com esse breve trabalho, articular o debate da questão étnico-racial já consolidado na categoria até o momento, com a atuação das assistentes sociais nesse novo campo de inserção que é a política de educação.

Entendemos que a atuação nesse espaço, além de considerar o projeto ético-político da profissão, o código de ética e o projeto societário, é preciso também defender uma educação que extrapola a instituição e o capital, que seja laica, de qualidade, democrática e livre de preconceitos. Além disso, ressaltamos também a importância dos assistentes sociais fora da academia exercitarem a dimensão investigativa da profissão, tendo em vista que isso fortalece o fazer profissional, o vínculo com os usuários e possibilita suspender essa visão formal-abstrata desse modo de produção capitalista.

Por fim, consideramos que não há atuação de qualidade sem a indissociabilidade entre a questão étnico-racial e o trabalho dos assistentes sociais, visto que, a população que majoritariamente acessa as políticas públicas são pessoas pretas e pardas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS).

Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial e o serviço social no Brasil. 2018.

Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsídio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 01 out. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. IBGE revela desigualdade no acesso à educação e queda no analfabetismo.

Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-06/ibge-revela-desigualdade-no-acesso-educacao-e-queda-no-analfabetismo>. Acesso em: 30 set. 2024.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 701-718, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. Serviço Social em tempos de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Josiane Soares; DA SILVA, Laurinete; DE OLIVEIRA MACHADO, Loiva Maria; TEIXEIRA, Rodrigo. Política de educação no Brasil contemporâneo. *Temporalis*, [S. I.], v. 24, n. 47, p. 7–14, 2024. DOI: 10.22422/temporalis.2024v24n47p7-14. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/44834>. Acesso em: 30 set. 2024.

PINTO, E. A. O Serviço Social e a questão étnico-racial: Um estudo de sua relação com usuários negros. São Paulo: Terceira Margem, 2003

